



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FaE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**OS LIMITES E POSSIBILIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DR. EUZÉBIO
DIAS BICALHO: PERCEPÇÕES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR**

TANCREDO FAGUNDES LINS

BELO HORIZONTE, 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO

TANCREDO FAGUNDES LINS

OS LIMITES E POSSIBILIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DR. EUZÉBIO DIAS BICALHO: PERCEPÇÕES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de _____ de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Dr. Nome completo do professor/a – Avaliador/a

Prof. Msc. Alexandre Gomes Soares – Orientador

Tancredo Fagundes Lins - Cursista

AGRADECIMENTOS:

Aos professores da Escola de Gestores da Faculdade de Educação – UFMG, pelo carinho e atenção no processar das atividades ao longo do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Aos colegas que, com paciência e dedicação, ajudaram na concretização desse trabalho de Conclusão de Curso, seja através da elaboração do PPP ou nas trocas de experiências ao longo da caminhada. Aos meus amigos, familiares, minha querida esposa pelo incentivo nos momentos de desânimo. Ao professor Alexandre uma dedicatória especial: firme, mas sempre com um olhar apaixonante pela educação, visando à qualidade do curso e o esforço mais acentuado dos alunos. Por acreditar em mim, o meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“o projeto se expressa como uma totalidade (presente-futuro), englobando todas as dimensões da vida escolar; não se reduz a uma somatória de planos ou de sugestões, não é transposição ou cópia de projetos elaborados em outras realidades escolares; não é documento “esquecido em gavetas”.”

Gadotti.

RESUMO

O presente trabalho está inserido num contexto de globalização e mudanças sociais profundas, objetiva construir um debate sobre a realidade escolar e as dificuldades práticas que surgem e tendem a minimizar a execução do Projeto Político-Pedagógico no interior das escolas. Nesse sentido e utilizando-se as fontes bibliográficas, o trabalho parte do conceito de Projeto Político-Pedagógico busca analisar as dificuldades encontradas na realização e execução deste instrumento na Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho. Os resultados alcançados demonstram haver um paradoxo entre a teoria e a prática escolar. Todos nós sabemos da importância de se ter e aplicar um Projeto Político-Pedagógico, mas, lamentavelmente, as escolas, e nesse sentido inclui a Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho, não possuem condições de executar um PPP vivo como deveria ser e vários fatores não só colaboram como se aproximam em muitos aspectos. É o caso da violência em nossa sociedade, às pichações e depredações do prédio escolar, a falta de valorização de professores, a pouca participação da comunidade escolar, bem como baixos investimentos em infraestrutura e precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão Escolar, Limites, Gestão escolar.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. O QUE É O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	09
2.1 O que impede a implementação de um projeto político-pedagógico nas escolas?	10
3. COMO IMPLEMENTAR O PPP.....	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
6. ANEXOS.....	21

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir os limites e possibilidades na implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho. Tal documento é tema de longos debates na escola, e especialmente nesse curso de Especialização em Gestão Escolar, além disto é abordado em dissertações de mestrado e teses e doutorado. Cabe destacar que os profissionais envolvidos na educação percebem a dificuldade de implantação e efetivação do mesmo. E por que? Por qual razão? O que faz um documento tão eficaz e importante ficar trancafiado nos prédios escolares aguardando atualizações que são modificados por resoluções e outras legislações no âmbito educacional? Neste sentido busco compreender os limites e possibilidades na implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho na perspectiva do gestor escolar. A discussão teórica utilizará os seguintes autores: A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, segundo João Ferreira de Oliveira, O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar, segundo Janete Maria Lins de Azevedo (2004), Prática transformadora segundo Adolfo Vázquez (1997), A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal, segundo Marta Castro (1997).

Para desenvolver o trabalho será utilizada uma metodologia bibliográfica e documental. A escolha deste tema deve-se a situação do PPP da Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho onde atuo. Por ter tido contato com ele pela primeira vez após apresentá-lo aos inspetores escolares, atualizado com a nova resolução publicada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

No PPP elaborado e anexado abaixo, a discussão em torno de sua proposta está vinculada ao eixo finalidades da escola. Assim é preciso repensar algumas questões que servirão como elementos indispensáveis ao processo de construção de uma escola transformadora, tais como os objetivos pretendidos pela

estrutura educacional, a concepção de educação; valores e missão da escola; posição política, filosófica e social; posição pedagógica.

O PPP, apesar de ser um documento tão falado nas instituições escolares, permanece guardado numa gaveta de nossa escola. Possui uma cópia na sala da supervisão e na biblioteca. Só é manejado por estagiários que sempre solicitam sua cópia para anexarem aos seus trabalhos. Entretanto, sua utilização é essencial para o desenvolvimento das ações da escola, sendo necessária sua análise e reflexão a respeito da sua contribuição e relevância, porque praticamente tudo deveria passar por ele e uma escola que quer projetar-se para o futuro, tem de conhecer o seu presente e buscar a sua identidade, traçando metas e objetivos que fundamentem sua existência.

No curso de Especialização em Gestão Escolar não faltaram obras para tratar da importância de se fazer uma discussão envolvente, ou seja, que tivesse como objetivo a construção coletiva para que se alcance uma gestão democrática na escola, que só é possível através de um projeto político-pedagógico eficiente, vivo, permanentemente modificado, estruturado, em sintonia com o mundo, com a realidade da comunidade escolar, que envolva a participação de professores, funcionários, alunos, pais, dirigentes escolares, membros da comunidade, parceiros, empresas etc. Entretanto, são apenas explanações curiosas. O grande desafio que se apresenta para o gestor, diante da inegável necessidade de se ter um Projeto Político-Pedagógico que funcione como deveria na escola, está em promover, através de um longo e paulatino processo de ações permanentes, trocas de experiências sobre como fazer um PPP dar certo, para que seja utilizado em sua prática diária, que tenda a minimizar as tensões existentes entre teoria e prática escolar. Vazquez (1997) utiliza o termo 'prática transformadora' e não deixa de tecer críticas em relação à teoria, que, por si só, não transformaria o mundo.

Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VAZQUEZ, 1977, p. 207).

O Projeto Político-Pedagógico engavetado revela um dos limites que se cometem quando não conseguimos aplicar a nossa prática diária àquilo que deveria ser uma constante na escola, ou seja, a busca por uma escola transformadora, com ideais, sonhos, propostas, discussões permanentes com a sociedade, focada no aluno, justa, eficiente, pública e de qualidade.

Nesse sentido, realizo uma argumentação levando-se em consideração essas contradições. Utilizo, para tanto, o PPP da Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho com suas contradições, ambiguidades e possibilidades. Ao final do trabalho anexei o PPP da Escola Estadual Amélia Josefina Kelsen, que apesar de ter sido utilizado como um exercício do 'como elaborar um PPP', também possui seus limites, lacunas, possibilidades, que representa de maneira muito parecida o PPP da Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho, pois é uma compilação teórica de ambos os projetos.

E a pergunta que não pode faltar ao final da proposta: sua escola caminha em qual direção, utilizando-se, contudo, que elemento norteador? Estabelecendo uma metáfora podemos dizer que até mesmo os desbravadores precisaram de mapas, bússolas, técnicas de outros povos, conhecimentos teóricos para abrirem caminhos nas trilhas, nos mares, e, mesmo quando não havia equipamentos viam-se as estrelas, quando não havia estrelas miravam o horizonte. São nessas idas e vindas que descobriram-se terras e cidades foram erguidas. Ainda neste sentido problematizo: Qual e como é instrumento da escola, a ferramenta primordial, o aparelho? O PPP. O desafio? Retirá-lo da gaveta e transformá-lo numa realidade possível.

2. O QUE É O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento utilizado pela escola para a concretização dos seus projetos, seja através de uma política de ensino-aprendizagem que valorize a presença dos atores e sujeitos sociais, quer dizer, professores, alunos, equipe pedagógica da escola, direção e pais devem participar

coletivamente desse processo. Antes de se partir para a busca de um projeto pensado no presente para a escola e projetado para o futuro, deve-se compreender qual a identidade de sua escola e a quem se destina tal projeto? Esse é o caminho que Gadotti (2000) sugere na construção de um PPP, pois

[...] não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. (...) uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000).

Para a construção desse projeto parte-se de algumas questões essenciais: onde estamos, para onde queremos ir e o que fazer para chegar lá? Essas questões devem ser discutidas por todos na escola, por isso exige da gestão escolar muito trabalho, organização e sistematização. É necessário que se destaque também a participação do Conselho Escolar, elemento primordial para o desenvolvimento de um Projeto Político-Pedagógico que leve em consideração a identidade da escola.

Entretanto, a realidade deste instrumento no cenário educacional, segundo a autora Janete Maria Lins de Azevedo (2005, p.1) revela que

[...] ao tratar do projeto político-pedagógico, identificou que, em cinco estados da Federação, mais de 30% das escolas não o possuíam e que, em mais de 20%, elas o possuíam, mas havia sido construído por agentes externos à unidade escolar.

Os dados demonstram que o PPP requer a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar, contudo, nas escolas, percebemos diversos problemas que serão enumerados aqui e que dificultam a concretização de um PPP vivo como salienta (GADOTTI, 2000).

2.1 O que impede a implementação de um projeto político-pedagógico na escola?

Ao refletirmos sobre os limites de implementação de Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual Dr. Euzébio Dias Bicalho, podemos identificar os

seguintes fatores: I) A escola está situada numa região muito pobre de Belo Horizonte, no qual os responsáveis pelos educandos trabalham e muitas vezes não respondem aos convites da gestão escolar; II) Muitos Projetos Políticos-pedagógicos são elaborados de maneira unilateral, sendo o próprio diretor o responsável único pela elaboração do PPP como cita a pesquisa Retrato da Escola no Brasil apresentada pela autora Janete Maria Lins de Azevedo(2005, p.1); III) A violência e as condições sociais no entorno da escola enfraquecem o mecanismo da participação como um todo; IV) A proposta da escola no que diz respeito aos objetivos da educação e a lógica da avaliação escolar precisam ser mudadas; V) a escola tem de ser aberta e se fecha cada vez mais, transformando prédios escolares em prédios que se parecem com presídios, com muitas grades, arames farpados, concertinas, vigilantes armados. VI) As péssimas condições de trabalho dentro da escola e o excesso de faltas dos professores minimizam ações à concretização do PPP da escola, o que dificulta o aparecimento de condições reais para se pensar um PPP vivo na escola, sendo essa a razão de não cultivarmos condições de desenvolvê-lo; VII) A questão da autonomia em relação à elaboração do calendário escolar – boa parte das escolas, em nome da tradição, desenvolve praticamente os mesmos projetos.

Diante deste cenário proponho algumas questões: Que escola queremos construir / conceber? Que jovem estamos formando dentro desses muros? Para Gadotti (2000), a maioria desses problemas é fruto de uma sociedade que ainda vive o pouco amadurecimento de nossas estruturas democráticas e está relacionado também ao processo de gestão democrático das escolas, pouco explorado. Cita outros aspectos:

[...] à nossa pouca experiência democrática; à mentalidade que atribui aos técnicos (e apenas a esses) a capacidade de governar e considera que o povo é incapaz de exercer poder; à própria estrutura verticalizada de nossos sistemas educacionais; ao autoritarismo que, historicamente, tem impregnado nosso ethos educacional; ao tipo de liderança que tradicionalmente domina a atividade política no campo educacional.(GADOTTI,2000, s.p).

A prática diária impossibilita o implemento de ações no sentido de se valorizar a existência de um documento focado na melhoria da escola. Como são muitos os problemas e as cobranças são inerentes e, levando-se em consideração que o gestor¹ acumula todas as funções ao mesmo tempo, isto é, ele administra, cuida das finanças, parte pedagógica, substitui professor faltoso, lida com gestão de recursos humanos e a burocracia.

A autora Marta Luz Sisson de Castro (1997) em seu trabalho 'A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal' trata sobre a complexidade do trabalho do gestor educacional em seu cotidiano. A autora descreve que

[...] sua realidade de trabalho é bastante complexa, pois ela se desdobra na dimensão de uma ação individual da diretora no coletivo da escola inserido num contexto socioeducacional mais amplo. (CASTRO,1997, p.72)

Entretanto, na escola o diretor não trabalha sozinho. Ele possui um grupo de trabalho encarregado de tarefas das mais diversificadas, seja na limpeza ou na escrituração escolar, no armazenamento de suprimentos ou até mesmo nos problemas locais da comunidade escolar.

É nesse cenário de muito trabalho e desvalorização que surge a necessidade de construção de um PPP como destaca o Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, professor João Ferreira de Oliveira. Para o autor

[...] num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2005, p.1)"

Mas, afinal, qual é o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade e em que contexto entraria o PPP nesse processo?

¹ Para Cury (2002, p.165), a gestão "(...) é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, democrática já que traduz pela comunicação, pelo desenvolvimento coletivo e pelo diálogo".

Na escola, o professor é o motor da educação, sendo indiscutível que o seu papel é fundamental no desenrolar desse processo que conta com a participação permanente do aluno, sendo nesse último o foco de todas as nossas tensões sociais. É para o aluno que a educação existe com o objetivo maior de promover a ampla cidadania, que resulta na pacificação dos indivíduos e no fortalecimento de ações concretas no intuito de promoção da paz e da dignidade humana.

O grande desafio da gestão democrática está no envolvimento da comunidade escolar como um todo, na elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico. Para que esse propósito obtenha sucesso é preciso seguir algumas diretrizes consideradas primordiais para o desenvolvimento do PPP, tais como a mobilização da comunidade escolar, a elaboração, o implemento e a avaliação como destacado no curso de gestores. O objetivo principal, segundo o Ministério da Educação (2015), “é produzir novos significados e sentidos sobre as finalidades sociais da educação e da escola pública, orientando/reorientando as ações da escola no sentido de sua efetiva democratização.”

3. COMO IMPLEMENTAR O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO NA ESCOLA?

É preciso entender que nenhuma escola, por maiores e mais parecidos que sejam os seus problemas, é igual à outra. Toda escola deve buscar a todo instante a sua identidade, o seu objetivo social, pois possui suas singularidades. Segundo Brasil (s.d.), no texto ‘Projetos Políticos-Pedagógicos: dimensões metodológicas ficou claro o aspecto singular de cada instituição de ensino, como bem destacado pela Escola de Gestores em Projeto Vivencial:

Cada escola é singular e, assim sendo, traça seu próprio caminho. Todavia, já dispomos de muitos estudos, pesquisas, experiências no campo da gestão democrática, incluindo a construção de PPP, o que nos possibilita sistematizar essas contribuições em referenciais orientadores.

A comunidade escolar possui uma característica própria com seus pontos positivos e negativos, muitas vezes refletidos na pouca participação. É possível encontrar nas tensões do dia a dia, bons exemplos de cidadania e participação comunitária e são esses exemplos que precisam ser levados para dentro dos prédios escolares, através da busca de lideranças, pais e parceiros que queiram fazer da escola um espaço de transformação para a cidadania, fugindo da massificação com uma população que adentre a escola buscando ideias e soluções para os problemas.

Sabemos também que nenhum professor é igual ao outro, cada qual com sua formação e sua experiência profissional. Todos possuem grandes contribuições a serem trocadas na escola com seus alunos que também são sujeitos do processo e não meros objetos, portanto, com sonhos, desejos, vontades. E para a realização desses sonhos, somente com muito trabalho e esforço coletivo, mas acima de tudo de participação e aceitação por parte da escola. O projeto político-pedagógico nesse sentido tem de ser visível para todos e o gestor escolar, juntamente com o Conselho Escolar tem a missão de concretizá-lo. Nesse sentido a busca da identidade da escola se faz primordial na elaboração de um Projeto Político-Pedagógico pensado para a escola como bem destaca CASTRO (2000) que

[...] é claro que a identidade da escola depende de muitos fatores, de sua inserção social, da região que atende, dos recursos que oferece. O ponto a enfatizar aqui é que a identidade e a caminhada de cada instituição são elementos importantes a ser considerados na gestão da escola, incluindo que expectativas foram construídas historicamente, como a escola percebe a si mesma, e como é percebida socialmente. A questão da identidade está ligada com os processos e projetos pedagógicos da escola. (CASTRO, 2000, p.74)

É preciso entender, sobretudo, que uma gestão escolar tem de ser democrática e não fruto da vontade unilateral do gestor, mas uma experiência focada na coletividade, na troca de experiências, no gesto único do saber ouvir, aproveitando nas experiências o que há de melhor em cada um na escola. É também na participação em grupos e conselhos de classe, na atribuição de tarefas

e delegação de serviços que o gestor não atuará sozinho, mas contará com atitudes e ações colegiadas.

A administração da escola pública depende também da forma como são organizados os tempos e espaços escolares, na maneira mais acessível e menos desigual de estabelecer metas, meios e objetivos, no cumprimento de regras e no estabelecimento de mecanismos de solução de conflitos como a mediação nos casos mais extremos, pois escola sem problemas não existe.

O desafio que se apresenta a todos os gestores é o que se estabelece no enfrentamento do dilema de possuir um Projeto Político-Pedagógico e não utilizá-lo como deveria. Acabar com essa contradição exige do gestor educacional o conhecimento sobre a importância de um PPP na escola e entender que guardado numa gaveta jamais passará disso: uma escola inerte, parada no tempo, um PPP morto numa escola sem vida. É preciso enfrentar essa realidade e o primeiro passo é o reconhecimento de que a escola precisa de um Projeto para sobreviver ao mundo globalizado, virtual e digital. Não pode ser um projeto singular, mas plural. Que não seja um projeto morto: mas que sobreviva ao tempo das transformações. O desafio é esse: tirar o PPP da gaveta e enfrentar nossos medos! É preciso fugir dos métodos ultrapassados utilizando uma metodologia adequada à educação, aquela que Alencar chama de metodologia popular (1998), inspirado na concepção Freireana, no qual

[...] considera o educando o centro do processo educativo e, indutiva, vai da prática à teoria para retomar e melhor qualificar a prática. Parte de casos concretos e utiliza recursos como dramatização, simulação de casos, papelógrafo, desenhos, jogos, pesquisas e, sobretudo, valoriza a narrativa oral e existencial dos educandos. Ela se direciona do local ao internacional; do pessoal ao social; do detalhe ao geral; do fato ao princípio; do biográfico ao histórico. O educador não educa; ajuda a educar e, ao fazê-lo, se predispõe à reeducação. E todo o processo educativo tem como ponto de partida e de chegada ação dos sujeitos educados (educandos e educadores) na transformação da realidade em que se inserem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio desse trabalho é provocar uma reflexão sobre a necessidade de se pensar a importância de um Projeto Político-Pedagógico na escola, pois somente reconhecendo a sua verdadeira necessidade, bem como entendendo os seus benefícios, será possível identificar um caminho de possibilidades relevantes para o desenvolvimento da escola.

É preciso entender que o Projeto Político-Pedagógico não pode ficar armazenado em uma gaveta aguardando atualizações obrigatórias, mas através de um processo de gestão democrática, tema que pode e deve ser aprofundado pelos gestores escolares, com organização, responsabilidade e sistematização do trabalho, será possível entender o seu real significado para a escola. É conhecendo os seus significados, enfrentando as dificuldades que se apresentam na realidade escolar, somente assim será possível implementar o PPP de maneira a conseguir resultados que possam responder as nossas dúvidas e indagações.

Um caminho possível, uma ponte sem volta, são apenas possibilidades que surgem para transformar o espaço escolar num ambiente com valores e objetivos claros. A elaboração do PPP pela escola é um convite que se faz pelas trilhas intermináveis do saber, mas é também uma maneira de se aproximar do outro e dividir responsabilidades. É desafiador, trabalhoso, causa angústias. Ao mesmo tempo mostra que a escola vive, existe naquela comunidade, desafia paradoxos e quebra paradigmas enraizados pela sociedade.

Quando se desenvolve o PPP na escola faz-se um convite à busca de uma utopia possível. Nesse sentido o diretor da escola deve ser o grande mediador e articulador, ficando claro que o seu papel é fundamental. Se não houver interesse da direção não haverá motivação o suficiente para o enriquecimento da escola, sendo a gestão escolar outro tema tão importante quanto o Projeto Político-Pedagógico, sendo que um não pode existir sem o outro. A escola que possui um verdadeiro Projeto Político-Pedagógico pode não possuir

respostas para todas as suas demandas, mas será uma escola repleta de vida e significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, C. (Org.). **Direitos mais humanos**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

AZEVEDO, J. M. L. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. *Jornal do Professor, Home Page da TVE*, v. 1, n.1, p. 1-5, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Vivencial**. Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas. Disponível http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf. Acesso em: 08 Março 2015.

BRASIL Ministério da Educação. **Projeto Político-Pedagógico**: dimensões metodológicas: Projeto Vivencial. 2015. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesmetodologicas.pdf>. Acesso em: 08 Março 2015.

CASTRO, M. L. S. A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n.72, p. 71-87, fev/jun. 2000.

CASTRO, M. L. S. et al. Perfil do diretor de escola municipal do Estado do Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento profissional. *Cadernos Cedae*, Porto Alegre, n. 3, p. 98-122, 1997.

CURY, C.R.J. "Gestão democrática" da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. São Bernardo do campo, julho/dezembro, 2002.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Vivencial**. Projeto Político-Pedagógico: dimensões conceituais. Disponível http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf. Acesso em: 08 Março 2015.

OLIVEIRA, João F. A construção coletiva do Projeto político-pedagógico da escola. **Salto para o futuro**. Brasília, v. 1, n.1, p. 1-3, 2005.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus , 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ESCOLA ESTADUAL
AMÉLIA JOSEFINA KEESEN**

Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso, aprendemos sempre.

Paulo Freire

ÍNDICE

7. INTRODUÇÃO.....	3
8. PARÂMETROS LEGAIS.....	4
9. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA.....	5
10.HISTÓRICO DA ESCOLA	6
11.A COMUNIDADE ESCOLAR.....	6
12.PERFIL DO ALUNO.....	7
13.FINALIDADE DA ESCOLA.....	8
14.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
8.1 - Estrutura Organizacional Administrativa.....	9
8.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
15.FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	12
9.1 Eixos norteadores.....	12
9.2 O Papel Pedagógico	12
10. AVALIAÇÃO	13
11. ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO.....	15
11.1 Sistema de Recuperação.....	16
12. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
13. CURRÍCULO.....	19
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

Pensando o papel que a instituição escolar representa para a sociedade e a sua importância no desenvolvimento da pessoa humana, uma reestruturação na sua organização se faz urgente. O mundo hoje clama por uma escola capaz de contribuir para a formação do aluno como um todo, tornando-o apto para enfrentar a vida, e mais, para vivê-la de forma plena, como senhor dos seus direitos e responsável no cumprimento de seus deveres, assumindo as dificuldades com confiança na sua capacidade para enfrentar os desafios. Uma escola comprometida com a realidade social da sua comunidade e com a formação do educando na cidadania e para a cidadania.

A partir desses pressupostos que advém a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico como elemento norteador de uma gestão participativa, integradora, voltada para a realidade a qual pertence. Um compromisso de todos, com o objetivo de construir uma escola de qualidade pautada no compromisso social da formação para a cidadania.

Para além de uma exigência normativa, o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta para o planejamento, organização e acompanhamento do contexto escolar sob diversas facetas, seus objetivos, metas, estratégias, tanto para as atividades pedagógicas, quanto para as atividades administrativas, que visa, sobremaneira, a gestão dos resultados obtidos pela escola no âmbito das avaliações externas e internas.

O Projeto Político Pedagógico representa a passagem do que foi planejado para o campo das ações concretas visando tornar efetivas as metas traçadas em um movimento constante, harmônico e pendular, oscilando entre a reflexão e a ação.

2. PARÂMETROS LEGAIS:

"Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso analisar o contexto. Não basta ler nas linhas; é preciso ler nas entrelinhas. "

Dermeval Saviani

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 fica estabelecido que é dever da escola elaborar, executar e avaliar o seu projeto pedagógico. Também estabelece no art. 14 os princípios norteadores para uma gestão democrática a partir da participação de todos os envolvidos num auditório alargado para a construção do PPP ponto de partida para a construção de uma gestão democrática:

- I. Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

"O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação." LIBÂNEO (2005, p.345).

Ocorre assim uma descentralização da gestão educacional, um elemento enriquecedor dessa nova visão proposta pela LDB nº 9394/96, além de fomentar a função social da escola quando envolve todos os segmentos e a comunidade escolar numa construção coletiva de suas diretrizes.

Também propõe a LDB a criação de Conselhos Escolares, órgão deliberativo, consultivo e normativo composto pelo diretor, por representantes de cada segmento da escola garantindo assim a manifestação de interesses de todos. Portanto, o gestor deverá trilhar o caminho da participação, fortalecendo os

interesses da escola respeitando os discentes, docentes pais, responsáveis, funcionários e toda a comunidade que integram o bairro onde a escola está localizada.

Discorrer sobre um Projeto Político Pedagógico, nada mais é do que falar em participação e democratização de todos os envolvidos na comunidade escolar. O projeto lança a escola a um novo patamar de realizações, proporciona uma relação harmônica entre escola e sociedade.

3. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen localiza-se à Rua Herculano Pena, 598, no bairro Nova Suíça, Belo Horizonte – Minas Gerais. Atende regularmente de segunda à sexta feira, de 07h00 as 18h00 e através do telefone (031) 3371-7099. Atualmente é dirigida pela diretora Simone Natália Marinho.

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen é de propriedade do Estado de Minas Gerais, criada através do decreto de Lei nº 10.787 de 22 de novembro de 1967. Sua origem está diretamente relacionada ao melhor conceito de Escola, pois é fundamentada a partir de ações nobres da sua comunidade. Funcionava inicialmente através de núcleos sociais de vários títulos pertencentes à comunidade. Os responsáveis eram, muitas vezes, moradores próximos que recebiam as crianças carentes da região em pequenos espaços de estruturas também carentes e improvisadas. Em 1975, os núcleos foram unificados por intervenção da senhora Amélia Josefina Keesen, transformando-os em escola única e recebendo como título o seu próprio nome. A escola foi construída em terreno doado pelo Governo Estadual. Podemos dizer que hoje a escola localiza-se em um bairro bem estruturado, possui boa infraestrutura e está cercada de prédios. Entretanto, nos fundos da escola há uma comunidade carente que é muito atendida.

Através da Resolução SEE 7.958 / 97 de 20 de março de 1997, foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental com o objetivo de educar os alunos, nos princípios de liberdade e ideal de solidariedade humana. A escola tem

por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

4. HISTÓRICO DA ESCOLA

- **31/03/1964** – Instalação das Escolas Combinadas da Vila Ambrosina à Rua João Caetano, nº 1.013 – Salgado Filho. Decreto nº 6.564 de 02 de março de 1962 e 6.689 de 20 de setembro de 1962;
- **03/04/1967** – Mudança de denominação para Escolas Combinadas “Escola Amélia Josefina Keesen”. Decreto 10.439;
- **22/11/1967** – Grupo Escolar “Amélia Josefina Keesen” Decreto 10.787. Posteriormente Escola Estadual Amélia Josefina Keesen;
- **04/08/1970** – Mudança de endereço para a Rua Herculano Pena, 598 – Nova Suíça;
- **30/11/1985** – Autorização de funcionamento:
 - * Iniciação Escolar – Resolução nº 5.755 / 85.
 - * Curso regular de suplência de 1º a 4º série do Ensino Fundamental;
- **13/08/1992 e 28/08/1996** – Portaria nº 718 e 932. 5º a 8º séries do Ensino Fundamental;
- **22/03/1997** – Autorizado o Ensino Fundamental pela Resolução 7.958;
- **06/08/2003** – Resolução nº 430 – Ensino Fundamental de nove anos – 1º série aos seis anos;
- OBS: Ministra desde 1998 os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

5. A COMUNIDADE ESCOLAR

A escola recebe entre 380 a 420 matrículas anualmente. Oferece o Ensino Fundamental anos iniciais (1º, 3º, 4º e 5º) e anos finais (6º ao 9º). A comunidade não interfere no dia-a-dia da escola. Isso acontece porque a escola não tem perfil de ser violenta. Os pais aparecem somente quando são chamados para resolver algum problema de indisciplina ou quando há algum evento festivo na escola. Todos os servidores que trabalham na escola se envolvem no processo educacional dos alunos, bem como ajudam na disciplina e os alunos acatam as

orientações. O quadro de pessoal atualmente é composto por 39 funcionários trabalhando e dois turnos de atividades (somente manhã e tarde). A escola trabalha com os alunos sobre a conscientização do cuidado do espaço físico e o respeito por todos. Temos uma grande dificuldade em estabelecer parcerias, já que a comunidade não é presente dentro da escola, de maneira que contamos apenas com o apoio da Polícia Militar e o Posto de Saúde Comunitário.

6. PERFIL DO ALUNO

A maior parte são alunos carentes provenientes de comunidades da região que possuem baixa renda. Grande parte desses alunos apresentam dificuldades em letramento e déficit de aprendizagem. A maioria vem de famílias com problemas sociais, tais como violência, alcoolismo e outras drogas, baixa escolaridade e outros problemas sociais. Por essa razão temos um quantitativo de alunos que recebem benefícios do Governo Federal como o Bolsa Escola (total de 360 alunos). Muitos desses alunos residem nas Vilas Ambrosina, Guaratã, Ventosa, Cascalho, Morro das Pedras, Vista Alegre III, atendendo também alguns alunos dos bairros Nova Gameleira, Nova Cintra, Nova Granada, Salgado Filho, Jardim América e Nova Suíça.



TABELA COM QUANTITATIVO SOBRE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA		
PARTICIPAM DO PROGRAMA	75	21%
NÃO PARTICIPAM	285	79%

7. FINALIDADE DA ESCOLA

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen preocupa-se em formar cidadãos conscientes, participativos e críticos, tendo a finalidade em propiciar a aquisição de conhecimentos, considerando a cultura e a realidade sócioeconômica na busca da realização pessoal e do bem comum, norteando-se pelos princípios éticos, políticos e estéticos em suas práticas pedagógicas.

O objetivo principal da escola é a melhoria da qualidade do ensino ministrado e, para tanto, se propõe a resgatar conhecimentos básicos, estabelecer normas disciplinares mais eficientes e criar estratégias incentivadoras. Envolver a

comunidade escolar em trabalho integrado com os profissionais da escola numa lógica a partir da qual todos ensinam e todos aprendem.

Pretende-se democratizar o conhecimento sistematizado, possibilitando a todos os alunos a conclusão do Ensino Fundamental através do processo cultural e experimental construindo sua própria história. Desta forma, dá-se um caráter de terminalidade e de continuidade ao Ensino Fundamental, sendo este parte integrante da Educação Básica. Assegurando a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir e se preparar para viver em um futuro desconhecido, tendo em vista a velocidade com que muda a sociedade. Tendo, assim, um papel especial na formação da juventude, criando um espaço de convivência democrática, onde se respeitam as diferenças, onde se privilegiam ações coletivas com objetivos humanos e sociais, propiciando oportunidades para o estudo da língua portuguesa falada e escrita, da matemática, do mundo físico e natural e da realidade social e política das relações humanas e da cidadania, enfatizando o conhecimento do Brasil.

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

8.1 - Estrutura Organizacional Administrativa

A escola atualmente possui 08 (oito) salas de aula, 01 (uma) cantina, 04 (quatro) banheiros de uso dos alunos, 04 (quatro) banheiros de uso dos funcionários, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala da diretoria, 01 (uma) sala da secretaria, 01 (uma) sala do especialista escolar e 01 (uma) quadra de esportes. Quanto à conservação a escola possui a estrutura física antiga padrão CARPE, foi

construída em 1975 e totalmente reformada entre 2006 a 2009. As salas apresentam tamanho reduzido, pois foram projetadas para alunos somente das séries iniciais. De maneira geral a escola encontra se em bom estado de conservação, quanto a sua estrutura e aparência. Não ocorrem grandes atos de vandalismo na escola. Na biblioteca temos disponíveis 10 computadores com acesso a Internet para uso dos alunos, mas ainda não há o uso frequente desses equipamentos. A escola possui televisão e vídeo. Temos Datashow que os professores usam com frequência. O arquivo literário da biblioteca está em bom estado, mas precisa de coleções mais atuais e com um número maior do mesmo volume que possa atender mais alunos. A parte administrativa tem equipamentos que na medida do possível atende a todos os servidores. O refeitório e a cantina atende bem os alunos que a escola possui.

Segue abaixo o quadro de funcionários:

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS	
Quantidade	Função
01	Diretor
01	Vice - diretor
02	Especialista de Educação
15	Professor Regente de Aula
04	Professor Regente de Turmas
02	Professor de Uso de Biblioteca
01	Professor excedente
01	Secretaria
03	Auxiliar Técnico de Educação Básica
01	Auxiliar Técnico de Educação Básica Financeiro
05	Auxiliar de Serviços Gerais - ASB
03	Ajustamento Funcional: sendo 01 EEB e 02 PEB

A diretora é formada em Letras (Português/Inglês) e possui Especializações em Literatura Brasileira, Neurociências e Psicopedagogia e está e curso de Gestão Escolar. O vice-diretor é formado em Geografia com Especialização na área Ambiental. As Especialistas são formadas em Pedagogia e uma possui Especialização na área. Todos os regentes de turma possuem Magistério e duas possuem Pedagogia, sendo que uma dessas tem o curso superior em História. Os regentes de aula são formados na área, exceto o professor de Inglês que é formado em comunicação e a de Ensino Religioso que é formada em Pedagogia. Um regente de aula possui Mestrado. As bibliotecárias são formadas, uma em Letras e a outra em Pedagogia. A professora excedente está terminando o curso de Pedagogia. A secretária é formada em Pedagogia e Técnica em Contabilidade e Secretariado. As ATBs possuem Magistério e Cursos Superiores e o ATB Financeiro é Técnico em Contabilidade. Das 5 ASBs, somente uma possui o ensino fundamental, as outras possuem o Ensino Médio e profissionalizante.

Os recursos financeiros que a escola recebe vêm da Secretária de Estado de Educação e do FNDE. A escola recebe recursos para a Merenda Escolar e Manutenção e Custeio. Recebe verba do PDDE e do PDE. E esporadicamente recebe verbas para algum projeto específico, por exemplo, o PAAE e Internet. A escola não possui projeto, como tempo integral, que poderia receber mais verbas.

8.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica

No início do ano letivo, a enturmação inicial acontece com base na idade, perfil do aluno e no relacionamento interpessoal na escola. De modo geral a escola não faz seleção dos alunos, pois sua filosofia é atender de acordo com as diferenças individuais, trabalhar a autoestima de alunos e famílias valorizando tudo o que o aluno faz. Há programa de inclusão, tanto quanto possível, pois a escola apresenta alguns empecilhos quanto a sua estrutura física. A escola recebe

alunos encaminhados principalmente das escolas próximas: E.E José Mendes Corrêa e E.E Olímpia Resende Pereira que só possuem os anos iniciais. A escola possui coordenação pedagógica que atende a todos os anos, mas todo planejamento é resultado da discussão entre professores e aprovado pelo Colegiado, dentro dos princípios pedagógicos que correspondam ao contexto e prática da sala de aula adaptada à realidade da comunidade e objetivos de ensino, que contemplam a aprendizagem da maioria.

Por possuir salas pequenas, a média de alunos por sala é de 25 alunos nos anos finais. Somente os dois 9º anos possuem mais de 30 alunos na sala. Já nos anos iniciais, são menos de 20 alunos por turma.

As reuniões pedagógicas ocorrem principalmente nos módulos II, momento em que são garantidas as informações e trocas de experiências entre supervisão, direção e docentes, com o objetivo unidirecional, isto é, elevar o nível de desenvolvimento dos alunos e atender a comunidade escolar. É um momento de discussão e reflexão sobre a prática pedagógica, pois todos participam e expressam suas dúvidas e vivências. Contudo as reuniões propiciam o encontro e conseqüentemente às transformações, pois as trocas de conhecimentos favorecem a elaboração de projetos e melhorias nas práticas pedagógicas. Além desses horários, alguns professores que estão se envolvendo com projeto sobre “Drogas” e “Visita às famílias”, que eles querem aplicar na escola, ficam reunidos no contraturno para dar andamento as ações do projeto.

Com relação à periodicidade de reuniões com a comunidade escolar, é importante frisar que essas reuniões são feitas bimestralmente para entrega de boletins ou em reuniões como o dia D (Plano de Intervenção Pedagógico criado pela Secretaria de Estado de Educação). Aproveitamos também para convocar a família sempre que necessário para tratar de assuntos diversos e específicos como a questão da indisciplina.

O Projeto Pedagógico recebe a contribuição de todos da comunidade escolar. Ele não é um projeto fechado e vem sendo construído permanentemente.

Ele é adaptado conforme as necessidades que surgem na escola e serve para garantir a melhoria da qualidade do ensino ministrado, assegurar os conhecimentos básicos, restabelecer normas disciplinares mais eficientes e criar estratégias incentivadoras. O Plano tem o objetivo de democratizar o conhecimento, contribuir para a formação de cidadãos conscientes, participativos e críticos, tendo como preocupação a valorização cultural da comunidade e o respeito à realidade socioeconômica de todos buscando o bem comum.

9. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Promover ao aluno acesso ao conhecimento sistematizado e a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de cidadãos conscientes;

9.1 Eixos Norteadores:

- Ênfase nas questões relacionadas à permanência e à qualidade dos alunos que são prerrogativas fundamentais de uma educação que prepara o estudante de forma plena para a vida em sociedade.
- Educação de qualidade e no tempo certo, configurando-se como um direito de todos, executando ações e estratégias voltadas a redução das desigualdades sociais e ampliação das oportunidades educacionais.
- Promover sistematicamente um diagnóstico da qualidade da aprendizagem, com vista a uma intervenção e a redução das dificuldades caso ocorram imediatamente.

9.2 O Papel Pedagógico:

A escola deve ser crítica reflexiva e possibilitar a toda comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da

construção coletiva desencadeando experiências inovadoras de acordo com a realidade contemporânea e engajando aluno e professor em ações educativas que o preparem para sua inserção produtiva na sociedade.

O especialista em educação deve repensar constantemente o seu papel e sua função social dentro da realidade escolar, procurando ser um elemento unificador e agregador de ideias e pensamentos para melhorar todo o processo de ação escolar visando sempre a formação de um indivíduo mais atuante, crítico e reflexivo.

Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

- Integração e participação da comunidade escolar;
- Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- Organização do espaço físico;
- Material didático e outros que facilitem o trabalho do professor;
- Número de alunos/as em sala de aula condizente com a metragem do ambiente;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;
- Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções;
- Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores/as;

10. AVALIAÇÃO

A avaliação tem como fundamento basilar acompanhar o desenvolvimento do aluno, respeitando as individualidades, identificando as dificuldades no processo ensino-aprendizagem, possibilitando a construção do conhecimento.

Nessa ótica, a avaliação ocorrerá sistematicamente, diagnosticando contínua e progressivamente o processo de desenvolvimento dos alunos.

O trabalho diário deverá ser pautado nos objetivos que norteiam as atividades desenvolvidas na sala de aula, sugeridas pelo professor no plano de curso,

voltada para o desenvolvimento cognitivo do aluno, nos conhecimentos construídos pelo aluno, nos conceitos formados e nas competências a serem adquiridas. Os parâmetros avaliativos considerados deverão sopesar o nível de desenvolvimento atingido pelos alunos. Como instrumento de avaliação poderão ser considerados os mais diversos: escritos orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou grupos, projetos, portfólios, entrevistas, adequando-se à faixa etária e às características do educando. A partir dos resultados serão elaborados gráficos, fichas e quaisquer outros mecanismos capaz de tornar claro o resultado obtido pelo aluno e pela escola no caso de avaliações externas.

A avaliação de desempenho do aluno, terá como fundamento os seguintes aspectos:

- I- caráter processual, formativo e participativo;
- II- contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III- vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV- prevalência dos aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V- tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendido ao longo do ano letivo;
- VI- intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII- tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII- aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

A avaliação terá um registro diferenciado observando os seguintes parâmetros:

Como referencial para o preenchimento dos campos Áreas de Conhecimento para os alunos dos 2 (dois) primeiros Ciclos de Alfabetização e Complementar (1º ao 5º) segue o critério abaixo:

MB – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo.

B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

R – Com mais esforço conseguirá os objetivos de estudo.

Também para os alunos do 1º ao 5º ano será utilizada uma ficha individual com a finalidade de acompanhar os aspectos cognitivos/sociais/afetivos, usando os referenciais abaixo:

S (sim) **N** (não) **ED** (em desenvolvimento)

Para os alunos dos Ciclos Intermediários e da Consolidação (6º ao 9º ano), o referencial para preenchimento dos campos áreas de conhecimento será:

0 a 20 pontos nas 1ª e 2ª etapas;

30 pontos nas 3ª e 4ª etapas.

Os resultados das avaliações de desempenho serão registrados:

- Pelo professor no diário de classe;
 - Na ficha individual, pela secretaria;
 - Nos boletins para conhecimento dos alunos e dos seus responsáveis (que serão entregues ao final de cada etapa através de reuniões);
- No livro de ata de resultados finais.

11. ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

A recuperação é um dos recursos a ser utilizado pela escola com o objetivo de resgatar o conhecimento do aluno de aproveitamento escolar insuficiente, visando colocá-lo em condições de prosseguir o ciclo/ano de escolaridade.

Como elemento obrigatório da prática escolar, deverá acontecer de forma contínua, paralela, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, destinada aos alunos de aproveitamento insuficiente. A recuperação é de responsabilidade de todos os envolvidos no espaço escolar e acontecerá no

momento em que for detectada a insuficiência na aprendizagem. Detectada sua necessidade o professor deverá suprir as lacunas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem antes de seguir com o conteúdo programado.

11.1. Sistemas de Recuperação.

A recuperação contínua paralela respeitará os seguintes aspectos:

- Será feita sob a forma de reensino, no processo regular de ensino aprendizagem;
- É de responsabilidade do próprio professor regente, podendo contar com a colaboração de outros professores, e dos alunos da própria sala no sistema monitoria;
- O professor deverá rever os procedimentos, recursos, conteúdos e objetivos, reorientando o seu planejamento, com vistas ao aproveitamento de todos os alunos na turma. Para atender o disposto no parágrafo anterior, o professor poderá utilizar materiais didático-pedagógicos suplementares e assistências individualizadas;

Acontecerá em períodos específicos a recuperação, utilizando o sistema de monitoria, ao final de cada etapa avaliativa considerando apenas o valor destinado às provas.

As notas das avaliações qualitativas (participação, frequência, etc.) permanecerão as conquistadas durante a etapa. Será considerada a maior nota alcançada na prova que somada à qualitativa, deverá ser a nota final da etapa do aluno.

Aos alunos do 6º ao 9º ano que no final do ano letivo, não tiverem alcançado as competências esperadas, novas oportunidades serão ofertadas: Estudos Orientados (agendados no calendário escolar) resolução?????; os Estudos Independentes que são estudos realizados no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente.

E ainda aquele aluno, do 6º ao 9º ano que não alcançar o desempenho mínimo em até três disciplinas terá direito à Progressão Parcial. Resolução ?????

12. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho em uma escola quase sempre são pensadas como relação de poder. Cada ator tem um papel a exercer, cabendo ao gestor articular as ações dos diversos atores. Sendo tais ações bem articuladas o resultado será uma escola ativa e democrática.

Geralmente predomina na escola um poder centralizador exercido pelo diretor. As regras são consideradas imutáveis e todos que lá estão têm um papel previamente definidos. Em princípio, todos os atores são cumpridores destas sem poder formalmente questioná-las.

Anota-se uma lista de normas e regulamentos vindos de cima para baixo, desconectados do cotidiano da escola e, muitas vezes com soluções inadequadas para os problemas. Logo, há um agravamento das dificuldades. Existe uma burocracia arraigada em padrões ultrapassados limitadora da participação efetiva de seus atores. O diretor – gerente está no topo dessa cadeia, controlador do trabalho alheio e responsável por todos da comunidade escolar que deverá manter feliz e sob sua tutela, atendendo assim o que determina o Estado.

Nesse sentido, o diretor- gestor decide e controla as questões administrativas, assume, em alguns momentos, posições contraditórias diante da especificidade da escola. Como administrador, muitas vezes deixa em segundo plano a questão pedagógica, fundamento basilar para o funcionamento da escola. Como responsável último pela escola, o gestor precisa fazer cumprir resoluções, portarias, decretos oriundo dos órgãos superiores, que em muitas situações não atendem a demanda da escola.

Sob essa ótica o poder do diretor - gestor delimita as relações entre os envolvidos deixando em aberto o espaço para uma gestão autoritária, que contraria profundamente os princípios norteadores de uma escola pública.

Portanto, o servidor cumpre o que é determinado sem contestação atendendo aos direcionamentos dado por aqueles que ocupam o espaço do controle e do poder de decisão. Fica evidente, no ambiente escolar o quanto a afetividade influi no cotidiano escolar. Alguns momentos de lazer são compartilhados, momentos em que as questões escolares afloram e, ali mesmo discutidas e solucionadas. O respeito entre os servidores deve se fazer presente no dia a dia escolar.

No entanto, existem situações diferenciadas que exigem atitudes um pouco mais firme e o diálogo emerge como solução de compromisso de todos os envolvidos.

Os conflitos mais frequentes envolvem divergências entre professor-aluno, principalmente quando o professor não consegue fazer ser reconhecida a sua autoridade em sala de aula. Nesse contexto, a solução mais prudente

13. CURRÍCULO

O Currículo escolar do ensino fundamental tem como objetivo possibilitar aos alunos o acesso a uma base nacional comum para garantir a unidade e a qualidade da ação pedagógica e a uma parte diversificada.

A base nacional comum e a parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental, a vida cidadã e as áreas do conhecimento.

Legislações que regem o currículo:

ENSINO FUNDAMENTAL
<u>1 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Lei nº 9.475, de 22.07.97)</u>
2 - A Educação para o consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº 12.491, de 16.04.97), a educação ambiental (Lei nº 15.441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, condição e direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) serão ministrados em articulação com as áreas do conhecimento. (Resolução CNE/CEB nº 07/2010).
3 - O estudo sobre os direitos humanos (Lei nº 12.767, de 21.01.98) e cidadania (Lei nº 15.476, de 12.04.05) serão trabalhados nas diversas áreas do conhecimento.
4 - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e indígenas deve obrigatoriamente ser desenvolvida no âmbito de todo currículo escolar em especial nas áreas afins do currículo. (Lei nº 10.639 de 19/01/03).
5 - Obrigatoriedade de estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº 13.411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº 13.802, de 27.12.00) serão ministrados na área de ciências.
6 - Os direitos das crianças e adolescentes serão trabalhados de forma interdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento tendo como diretriz a Lei nº. 8.069, de 13.07.90 (Lei 11.525, de 25.09.2007).
<u>7 - A música é conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança (Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2.008).</u>
<u>8 - Educação para o Trânsito - Será desenvolvida de acordo com artigo 76 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro)</u>
9 - Educação Alimentar e Nutricional na escola - Será ministrada de forma integrada aos temas transversais relacionados à saúde e à educação ambiental (Lei Federal nº 11.947 de 16.06.2009 e Leis Estaduais nº 15.072 de 05.04.04 e nº 18.372 de 04.09.09).
10. A literatura Infanto Juvenil é trabalhada nas diversas áreas do conhecimento pelo professor das séries iniciais em parceria com o PEUB. LDB 9394/1996

As áreas de conhecimento são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna, Língua Materna, para população indígena, Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical, Educação Física, Ensino Religioso.

Os princípios pedagógicos da Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização, serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino fundamental e médio.

A parte diversificada deverá ser organicamente integrada com a base nacional comum, por contextualização e por complementação, diversificação, enriquecimento, desdobramento, entre outras formas de integração.

A Língua Estrangeira Moderna, tanto a obrigatória quanto às optativas, serão incluídas no cômputo da carga horária da parte diversificada.

A Educação Física, componente obrigatório de todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, será facultativa ao aluno apenas nas situações previstas no § 3º do Artigo 26 da lei 9394/96 e será avaliada através de conceitos A,B e C.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é Componente Curricular que deve ser, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Fundamental. Sua avaliação é também através de conceitos

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do Componente Curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais o teatro e a dança. Sua avaliação segue a mesma orientação dos conteúdos de Educação Física e Ensino Religioso.

A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deve, obrigatoriamente, ser desenvolvida no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino Arte, Literatura e História do Brasil.

Além da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada devem ser incluídos, permeando todo o currículo, Temas Transversais relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direito dos idosos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, para o trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dependência química, higiene bucal, e educação alimentar e nutricional, tratados transversais e integradamente, determinados ou não por leis específicas.

Esses temas transversais são trabalhados na escola através de projetos ou ações específicas pelos professores que se disponibilizam a trabalhá-los. Não há uma obrigatoriedade de que todos do grupo devem trabalhar esses temas, por respeitar as dificuldades e leva-se em consideração a falta de habilidades de um pequeno grupo de professores em lidar com alguns assuntos.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO

FUNDAMENTAL: CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR

Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA ANUAL /TOTAL DE AULAS ANUAL										CARGA HORÁRIA TOTAL DO 1º AO 5º
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	
Língua Portuguesa	300:00	360	300:00	360	300:00	360	300:00	360	300:00	360	1500:00
História	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	333:20
Geografia	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	333:20
Ciências	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	333:20
Matemática	240:00	200	240:00	200	240:00	200	240:00	200	240:00	200	1000:00
Arte	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	166:40
Ed. Física	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	166:40
Ed. Religiosa	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	166:40
TOTAL DA CH TODO O ENSINO FUNDAMENTAL											3.667:00

Obs.: Matriz curricular anexo / CHA = Carga Horária Anual / AA = Aulas Anuais

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO

FUNDAMENTAL

Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA ANUAL /TOTAL DE AULAS ANUAL								CARGA HORÁRIA TOTAL DO 6º AO 9º
	6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	
Língua Portuguesa	200:00	240	200:00	240	166:40	200	166:40	200	733:20
História	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00
Geografia	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00

Ciências	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00
Matemática	166:40	200	166:40	200	166:40	200	166:40	200	666:40
Arte	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	133:20
Ed. Física	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	266:40
Ed. Religiosa	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	133:20
LEM Inglês	33:20	40	33:20	40	66:40	80	66:40	80	200:00
TOTAL DA CH TODO O ENSINO FUNDAMENTAL									3.333:20

Obs.: Plano curricular anexo / CHA = Carga Horária Anual / AA = Aulas Anuais

A escola desenvolve vários projetos durante o ano. :

- Professor padrinho de turma;
- Torneio de futebol e Olimpíadas do Amélia;
- Projetos de leitura;
- Coral anos iniciais;
- Chá das mães;
- PROERD

Este ano a escola está começando a desenvolver um projeto mais consistente ao combate às Drogas em parceria com o Ministério Público. Outro projeto que também está em processo de implantação é o Professor Itinerante, que visa um grupo de professores realizar visitas às famílias dos alunos com baixo desempenho.

A escola não possui Educação em tempo integral por não possuir demanda. Na região, há duas escolas dos anos iniciais que já consolidaram o projeto de Educação em tempo integral dificultando sua implantação na escola.

Também não há Educação de Jovens e Adultos por não haver demanda para tal.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nº 9394/96.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. Educação escolar: política, estrutura e organização. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005;